

# **V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA**

**ARQUIVOLOGIA E INTERNET:  
CONEXÕES PARA O FUTURO**

**01 a 05 de Outubro 2012 | Salvador-BA**  
Pestana Bahia Hotel

## **TRABALHOS COMPLETOS**

[www.enara.org.br/cna2012](http://www.enara.org.br/cna2012)  
Salvador. A Capital Nacional da Arquivologia em 2012

---

## SUMÁRIO

QUANDO O ACESSÁVEL PODE NÃO SER ACESSÍVEL: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA (SAPL) À LUZ DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, **JOSÉ CANUTO DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Henrique Elias Cabral França)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA E SUA CONSOLIDAÇÃO LEGAL NO BRASIL: PROPOSTAS DE REFLEXÃO PARA O PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **HENRIQUE ELIAS CABRAL FRANÇA (e co-autoria de José Canuto Da Silva Júnior)**

INVESTIGAÇÃO DO USO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE: UMA VISÃO ATRAVÉS DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, **WENDEL GIBBON DE OLIVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti; Angélica C. D. Miranda)**

PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS DA CLASSIFICAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES AO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES-FIM DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES, **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Andressa Furtado da Silva de Aguiar; Gleice da Silva Branco)**

CURSO DE QUÍMICA INDUSTRIAL/UFRGS TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA DOS HISTÓRICOS ESCOLARES, **BRUNA ARGENTA MODEL (e co-autoria de Ana Regina Berwanger)**

A INOVAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA: CONCEITO E CIÊNCIA PARA A SOCIEDADE, **ELIANDRO DOS SANTOS COSTA (e co-autoria de Maria Inês Tomael, Mayara Talita dos Santos)**

DISCUTINDO A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL, **LAERTE PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Thais Helen do Nascimento Santos)**

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS INTEGRADAS: O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA (e co-autoria de Maria Meriane Vieira Rocha)**

LEVANTAMENTO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE UMA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS PRELIMINARES PARA UMA GESTÃO ARQUIVÍSTICA, **CLODEMIR DA COSTA NASCIMENTO (e co-autoria de Rosa Zuleide Lima de Brito, Julianne Teixeira e Silva)**

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **MARIA MERIANE VIEIRA DA ROCHA (e co-autoria de Julianne Teixeira e Silva)**

O FLUXO DOCUMENTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA, **MARCIO BEZERRA DA SILVA (e co-autoria de Wendia Oliveira de Andrade, Rosa Zuleide de Brito)**

FOTOGRAFIAS DO CHCP: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA, **MARIA CANDIDA DA SILVEIRA SKREBSKY (e co-autoria de Carlos Blaya Perez)**

ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS SOB A PERSPECTIVA DOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS, **THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS (e co-autoria de José Washington de Moraes Medeiros)**

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO: DESVENDANDO O PROTOCOLO DO IMEQ/PB – INMETRO, **ESMERALDA PORFIRIO DE SALES (e co-autoria de Christian Palmer Ferreira da Silva, João Paulo do Nascimento Soares)**

---

---

A COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS DA UFF: UM PROCESSO ARQUIVÍSTICO DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO., **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Jorge Martins Fagundes, Beatriz Bahia, Igor Garcez, Pablo Souza Vaqueiro)**

FACULDADE DE DIREITO CLOVIS BEVILAQUA: A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA ATRAVÉS DO ICA-ATOM, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Bruna Paim Reis, Daniel Flores)**

A POLÍTICA DE ARRANJO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Karin Christine Schwarzbald; Tatiane Vedoin Viero)**

A JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB) E O USO DO SRI TEBAS, **WENDIA OLIVEIRA DE ANDRADE (e co-autor Marcio Bezerra da Silva)**

A TEORIA E A "PRÁXIS" DAS TRÊS IDADES DOCUMENTAIS NA REALIDADE DAS MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS NOS ARQUIVOS BRASILEIROS, **KLEANE PÂMELA PEREIRA DOS SANTOS (e co-autoria de Rodrigo Fortes)**

UM RECORTE DA REALIDADE DA PROFISSÃO DO ARQUIVISTA: A ATUAÇÃO DOS ARQUIVISTAS NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS, **STELA LICHTENHELD CRAUS (e co-autoria de Maria Beraldi Passini de Castro)**

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS EM UNIVERSIDADES: UM ESTUDO DE TRÊS CASOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A DIFUSÃO E A "PÓS-DIFUSÃO" CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARQUIVO., **SUELLEN BARBOSA GALDINO (e co-autoria de Rodrigo Fortes de Ávila)**

PERSPECTIVAS PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO PARA O ARQUIVO MUSICAL DA BANDA DE MÚSICA 5 DE AGOSTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB, **EGBERTO DA SILVA LIMA (e co-autoria de Manuela E. Maia, Rodrigo Fortes de Ávila)**

LEI DE ACESSO: A EXPERIÊNCIA DA UFRGS, **RITA DE CÁSSIA PORTELA DA SILVA (e co-autoria de Flávia Helena Conrado)**

A INSERÇÃO SOCIAL DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA : O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL), **LINETE BARTALO (e co-autoria de Ivone Guerreiro Di Chiara; Miguel Luiz Contani)**

O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO A PARTIR DA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, **MARCELA GONÇALVES TEIXEIRA (e co-autoria de Daniel Flores)**

CATÁLOGO SELETIVO DO 1º SEMINÁRIO DE ENSINO EM ARQUIVOLOGIA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE (e co-autoria de Fabiane Pereira da Silveira, Valéria Raquel Bertotti)**

PALEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE E O ENSINO PALEOGRÁFICO FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS, **ENEIDA IZABEL SHIRMER RICHTER (e co-autoria de Rafael Chaves Ferreira)**

POLÍTICAS DE ACCESO A LA INFORMACIÓN Y SU RELACIÓN CON EL CONCEPTO DE CIUDAD-REGIÓN, **MARIA JANNETH ALVAREZ ALVAREZ**

---

GESTÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE** (e co-autoria de **Luciana Penna dos Santos, Luciana Souza de Brito**)

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: REFLEXÃO DOS CONCEITOS SOB A ÓTICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA** (e co-autoria de **Thiago Gomes Medeiros**)

ARQUIVOLOGIA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO ESSENCIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA, **RAFAEL CHAVES FERREIRA** (e co-autoria de **Glauca Vieira Ramos Konrad**)

O ARQUIVISTA E SUA REPRESENTAÇÃO NAS MÍDIAS: A (DES)CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL, **ALESSANDRO FERREIRA COSTA** (e co-autoria de **Eliane Bezerra Lima**)

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E SEUS NOVOS DESAFIOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A GESTÃO DOCUMENTAL NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM, **ROSINILDA DAMASCENO DOS SANTOS FILHA** (e co-autoria de **Augusto Britto**)

A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUBSTRATO CULTURAL NA CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA., **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA**

A MEMÓRIA E A ARQUIVÍSTICA: RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – RS, **GEISI GRAZIANE GOULARTE ANTONELLO** (e co-autoria de **Carla Saldanha da Silva, Rosani Beatriz Pivetta da Silva**)

DE GUARDIÃO DE DOCUMENTOS A GESTOR DA INFORMAÇÃO: O ARQUIVISTA EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL, **WAGNER RAMOS RIDOLPHI**

AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO DO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), **INGRID RIQUE DA ESCÓSSIA PEREIRA** (e co-autoria de **Janaina Lima dos Santos, Priscila Zelo Patrício de França, Rosa Zuleide Lima de Brito**)

APLICAÇÃO DA NORMA ISDF NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Daine Regina Segabinazzi Pradebon, Lisieli Rorato Dotto, Débora Flores**)

A REVISÃO CURRICULAR EM CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: UM ESTUDO NA UFSM, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Emili Lemanski dos Santos, Lisieli Rorato Dotto, Fernanda Kieling Pedrazzi**)

SENSIBILIZAÇÃO DA NECESSIDADE DE PROFISSIONAL ARQUIVISTA PARA GERENCIAMENTO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO TELEVISIVA, **ANA ISABEL FERREIRA WANDERLEY** (e co-autoria de **Érica Ferreira Rodrigues, Lidiane Carneiro de Sousa, Lidiane da Silva Ferreira**)

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS, MARMORIZAÇÃO DE PAPEL E INCLUSÃO SOCIAL, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Denise Molon Castanho, Luiza Segabinazzi Pacheco**)

DIAGNÓSTICO TÉCNICO E DIRETRIZES PARA REVITALIZAÇÃO DO ARQUIVO DA DIVISÃO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA (DAME) DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEI – UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA** (e co-autoria de **Dulce Amélia de Brito Neves**)

---

ASPECTOS GERAIS SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS: TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS PÚBLICOS DE ARQUIVO VINCULADOS À APROVAÇÃO DE CONTAS, **DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES** (e co-autoria de **Tânia Maria de Moura Pereira, Eliane Braga de Oliveira, Sérgio P. da Silva Coletto**)

A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMHADU: SUBSÍDIOS PARA A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SISTEMAS DE ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, **GISLAINE PINTO KRAMER** (e co-autoria de **Giulia Machado Tavares, Jorge Alberto Soares Cruz, Rita de Cássia Portela da Silva**)

O PAPEL DO ARQUIVISTA NO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: A EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TREINAMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E ENSINO DE PRÁTICAS E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS, **WELDER ANTONIO SILVA** (e co-autoria de **Wendell Lopes de Assis**)

O NUDOC COMO MEMÓRIA DO CINEMA PARAIBANO, **CAROLINA BARROS MADRUGA** (e co-autoria de **Aline Rouse Almeida da Silva**)

PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO HISTÓRICO DO CPDOC: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, **DANIELE CHAVES AMADO** (e co-autoria de **Martina Spohr**)

GUIA DA COLEÇÃO “JORNAIS DO BRASIL: O ACERVO DE JORNAIS DO ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UFV” E INVENTÁRIO DA SÉRIE “JORNAIS DE ESQUERDA”, **EDUARDO LUIZ DOS SANTOS** (e co-autoria de **Sara Helena Amaral de Sousa**.)

POLÍTICAS DE ACESSO E PRESERVAÇÃO DE COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS DE NEGATIVOS DE VIDRO: QUANDO O PATRIMÔNIO É UMA IMAGEM QUE QUEBRA!, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Carlos Blaya Perez**)

A DIFUSÃO NO USO DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E A FUNÇÃO DO ARQUIVISTA NESSE NOVO CENÁRIO, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA EM REDE: A EXPERIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DIRECIONADA PARA TOMADA DE DECISÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

RELAÇÕES ENTRE OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS E OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS, **ALEXANDRE FERNAL** (e co-autoria de **Fernando Luiz Vechiato**)

A PESQUISA E O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (MAE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR), **ÂNGELA CAROLINA DE CASTRO SIMÕES** (e co-autoria de **Aline Fernanda Lopes**)

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO INTERMEDIÁRIO E PERMANENTE DO ARQUIVO GERAL DA UFBA, **NANCI MOREIRA DOS SANTOS** (e co-autoria de **Patrícia Reis**)

O “DISCURSO DE/SOBRE” A LEI Nº 12.527 EM DUAS MATERIALIDADES: A LEI E O JORNAL, **FERNANDA KIELING PEDRAZZI**

---

NORMATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS, **FERNANDO ALVES DA GAMA (e co-autoria de Ivone Gomes de Brito)**

O MARKETING COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO DAS ATIVIDADES ARQUIVÍSTICAS, **FERNANDA MARCELE SANTANA LAGE LINHARES (e co-autoria de Nídia Maria Lienert Lubisco)**

APLICAÇÃO DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, DA USABILIDADE E DA ACESSIBILIDADE EM WEB SITES DE ARQUIVOS, **FERNANDO LUIZ VECHIATO (e co-autoria de Vânia Jaqueline Domingues, Ana Maria da Silva Rebelo, Alexandre Fernal)**

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A DISCIPLINA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA OFERTADA NOS DIFERENTES CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL., **TIELE PADILHA SILVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti.)**

O DIAGNÓSTICO DE ARQUIVO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO DO FAZER ARQUIVÍSTICO: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS II NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB, **KETLEN OLIVEIRA ESTEVAM (e co-autoria de Maria José Cordeiro de Lima)**

ARQUIVOLOGIA: NOVAS TECNOLOGIAS E ANTIGOS DESAFIOS, **EVA CRISTINA LEITE DA SILVA (e co-autoria de Graziela Martins de Medeiros, Luciane Paula Vital)**

"METODOLOGIA PARA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS" , **LEANDRO RIBEIRO NEGREIROS (e co-autoria de Welder Antônio Silva, Cíntia Aparecida Chagas Arreguy)**

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO NO SÉCULO XIX: A ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA COLEÇÃO DE IMPRESSOS DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL, **EVERALDO PEREIRA FRADE (e co-autoria de José Benito Yárritu Abellás e Nínive Britez Biçakçi)**

PRESERVAÇÃO E ACESSO: RAZÕES E CAMINHOS DE UM PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: O CASO DO ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO MAST, **JOSÉ BENITO YÁRRITU ABELLÁS (e co-autoria de Everaldo Pereira Frade)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO: MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO ESTADO DA PARAÍBA, **ISMAEL BATISTA DOS SANTOS SILVA**

A PRODUÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NO SOFTWARE DE GESTÃO DOCUMENTAL NUXEO SOB A ÓTICA DA ARQUIVÍSTICA, **SERGIO RENATO LAMPERT (e co-autoria de Daniel Flores)**

OBJETOS VIRTUAIS INTERATIVOS NO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA, **LUCIANA OLIVEIRA PENNA DOS SANTOS Luciana Souza de Britto, Rafael Augusto Penna dos Santos**

A SAÚDE NO BRASIL E OS ARQUIVOS MÉDICOS COMO INSTRUMENTO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA, **RAONE SOMAVILLA**

DISCURSOS DE MEMÓRIA DO ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO, **EVELYN GOYANNES DILL ORRICO (e co-autoria de Eliezer Pires da Silva)**

---

O USO DE TECNOLOGIAS PARA MAPEAMENTO DE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICA, **BRUNO OLIVEIRA DA COSTA (e co-autoria de Elias de Oliveira)**

ARQUIVO DIGITAL ESCOLAR(ARQDESC) ARQUITETURA DE UM SISTEMA INFORMATIZADO PARA O ARQUIVO DA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO, **IRANY RODRIGUES BARBOSA (e co-autoria de Josemar Henrique de Melo)**

SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (SIA-APM): UMA EXPERIÊNCIA DE DIFUSÃO ON LINE, **RENATO PINTO VENANCIO**

A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, **ANA LÚCIA DA SILVA DO CARMO**

ANÁLISE DO MÓDULO ARQUIVO DO SISTEMA PERGAMUM, **ANA PAULA ALVES SOARES**

PRESERVAÇÃO DIGITAL E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: O USO DA NORMA ISO/IEC 17799 – CÓDIGO DE PRÁTICA PARA GESTÃO DA SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE SALVADOR DURANTE A REALIZAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS, **RAFAEL BOTELHO DORIA (e co-autoria de Sérgio Franklin Ribeiro da Silva)**

A APLICABILIDADE DO MARKETING NO ARQUIVO, **NELMA CAMÊLO DE ARAUJO (e co-autoria de Ana Paula Barbara)**

ARQUIVISTA: MANEJO DE ARQUIVOS E DE REGISTROS, **ELAYNE ORTOLAN ALTOÉ (e co-autoria de Taiguara Villela)**

O PAPEL DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS (FAPEAM) PARA A ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DOCUMENTAIS NO AMAZONAS, **RODOLFO ALMEIDA DE AZEVEDO (e co-autoria de Francisca Deusa Sena da Costa)**

A ONTOLOGIA DO CUIDADOR: ARTICULAÇÕES ENTRE AS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL MÉDICO E DO PROFISSIONAL ARQUIVÍSTICO., **MICHELLE CHAVES DE ARAÚJO (e co-autoria de Esmeralda Porfírio de Sales)**

O ARQUIVO DE LINA BO BARDI: REVISITANDO UMA EXPERIÊNCIA, **JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS**

LEGISLAÇÃO SOBRE DOCUMENTOS DE PROCESSOS JURÍDICOS PARA DIGITALIZAÇÃO., **MARCELO FERNANDES RODRIGUES (e co-autoria de Diana Vilas Boas Souto)**

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SOB O OLHAR DOS ALUNOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO (e co-autoria de Ismael Batista dos Santos Silva, Katyuscia Sales de Assis)**

APLICABILIDADE DO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS: UM ESTUDO NA UFBA, **LUCINEIDE NASCIMENTO DE ALMEIDA DIAS (e co-autoria de Dulce Paradello)**

OS ARQUIVOS/REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO AMBIENTES DE LIVRE ACESSO À PRODUÇÃO DOCUMENTAL ACADÊMICA CIENTÍFICA, **GLEISE DA SILVA BRANDÃO (e co-autoria de Keyla Sousa Santos)**

ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO CINEMÓRIA – A HISTÓRIA DAS SALAS DE CINEMA DO ESPÍRITO SANTO (1907-2008), **ANDRÉ MALVERDES**

---

---

DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM AMBIENTE DE ARQUIVO, **LUIZ ANTONIO SANTANA DA SILVA (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

SUBPROJETO FOTOGRAFIA NA LATA : CRIATIVIDADE COM PINHOLE E MARMORIZAÇÃO, **JANAINA VEDOIN LOPES (e co-autoria de Carlos Blaya Perez, Bruno Stock, Carla Saldanha da Silva, Letícia da Silva Fausto, Tamy Silva)**

DE 1999 A 2012- O PANORAMA DA CONSTRUÇÃO DE WEBSITES EM INSTITUIÇÕES DE ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO NO BRASIL, **LEANDRA NASCIMENTO FONSECA (e co-autoria de Fernanda Maria da Costa)**

A ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES BRASILEIROS: RELATO DO ARQUIVO CLARICE LISPECTOR, **MARCOS ULISSES CAVALHEIRO (e co-autoria de Sonia Maria Troitiño Rodriguez)**

ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E REDES DE COOPERAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) DO BRASIL, **RENATO MOTTA RODRIGUES DA SILVA**

DESAFIOS DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA: DA ESCOLHA NO VESTIBULAR AO MERCADO DE TRABALHO, **FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA COSTA**

O MAPEAMENTO CULTURAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ, **MARIA DO SOCORRO BAIA DOS SANTOS (e co-autoria de Terezinha Maria de Jesus da Conceição Lima)**

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUPORTE PARA A TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA: O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2006-2010), **BRUNO MACEDO NATHANSOHN**

ATORES ACADÊMICOS DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL, **ELIEZER PIRES DA SILVA (e co-autoria de Thais Tavares Martins e Natacha Silva Fonseca)**

O USO DAS TÉCNICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O REGISTRO DAS LIÇÕES APRENDIDAS NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS, **MILENA DE JESUS MELO**

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL: ESTUDO DE CASO EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DE PORTO ALEGRE/RS, **VERA LÚCIA SANTOS DOS SANTOS**

FOTOGRAFIAS DE ROMEIROS COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO, **ARILUCI GOES ELLIOTT (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DOS USUÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO DO USO DA BASE DE DADOS ACCESSUS, **RENAN MARINHO DE CASTRO**

CORRELAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E OS ANSEIOS DA HISTORIOGRAFIA NA ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL, **AUGUSTO CÉSAR LUIZ BRITTO**

MIGRAÇÃO DE SUPORTE DE FITAS MAGNÉTICAS DE ÁUDIO CASSETE: UM ESTUDO PRELIMINAR DO TRIBUNAL REGIONAL DA 4ª REGIÃO – TRF4, **MAURO SÉRGIO DA ROSA AMARAL**

A UFSM NO PROJETO RONDON – CAMPUS AVANÇADO DE RORAIMA: DESCRIÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES (e co-autoria de Daniel Flores)**



---

ARQUIVOS SETORIAIS: EXPANSÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS NA UFSM, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO** (e co-autoria de **Camila Poerschke Rodrigues, Cristina Strohschoen, Débora Flores, Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Rocha Retamoso, Neiva Pavezi, Rita Medianeira Ilha, Rosilaine Zoch Bello**)

ESPAÇOS INFORMACIONAIS VIRTUAIS: A DISPONIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO**

DOCUMENTAÇÃO SERGIPANA E AS NOVAS TIC'S: IMPACTOS E PRÁTICAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO ACERVO DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA CENTRAL., **JOSEANE OLIVEIRA DA CRUZ** (e co-autoria de **Melânia Lima Santos, Ycaro Swuan Andrade Cor, Izabel Cristina da Silva Santos**)

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL (DAG/UFSM), **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES** (e co-autoria de **Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Regina Rocha Retamoso, Maiara de Arruda Nascimento**)

O ACESSO E O SIGILO DOS DOCUMENTOS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

QUANDO UM E-MAIL É UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

O USO E "PÓS-USO" DA INFORMAÇÃO ORGÂNICA ARQUIVÍSTICA, **RODRIGO FORTES DE AVILA**

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE PROCESSOS JUDICIAIS, **TASSIARA JAQUELINE FANCK KICH**

POLÍTICAS DE GESTÃO DOCUMENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG: DO SONHO À REALIDADE, **TATIANE VEDOIN VIERO** (e co-autoria de **Andrea Gonçalves dos Santos, Karin Christine Schwarzbold**)

SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (SIGED/TJMG) EM FACE DOS REQUISITOS FUNCIONAIS DO E-ARQ BRASIL., **GISELI MILANI SANTIAGO BALBINO** (e co-autoria de **Leandro Ribeiro Negreiros**)

GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS UNIDADES DE ARQUIVO E PROTOCOLO DA UNIRIO, **FABIANA DA COSTA FERRAZ PATUELI**

GERÊNCIA DE ARQUIVOS I : UMA RELAÇÃO TEÓRICA SOB A ÓTICA PRESENCIAL E VIRTUAL., **ROSANARA PACHECO URBANETTO** (e co-autoria de **Tatiana Costa Rosa**)

DIMENSÕES METACOGNITIVAS NO PROCESSO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA, **DULCE AMELIA DE BRITO NEVES** (e co-autoria de **Dirlene Santos Barros**)

ARQUIVO E ESCOLA: A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA DIFUSÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS, **PRISCILA RIBEIRO GOMES** (e co-autoria de **Magno Vinicius da Silva Monteiro, Alinne Pereira da Costa**)

LEITURA DOCUMENTÁRIA E ESTUDOS PALEOGRÁFICOS: O OLHAR ARQUIVÍSTICO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA ANTIGA PARAIBANA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA RELATIVA ÀS ELITES PROVINCIAIS (1824-1840) , **FRANCINETE FERNANDES DE SOUSA** (e co-autoria de **Roberto Jorge Chaves Araújo**)

## LEI DE ACESSO: a experiência da UFRGS

Rita de Cássia Portela da Silva<sup>1</sup>  
Flávia Helena Conrado<sup>2</sup>

### Resumo:

A Lei Federal 12.527, sancionada em 16 de novembro de 2011, regula o acesso às informações sob guarda de órgãos e entidades públicas, em nível federal, estadual e municipal. A adequação às definições estabelecidas na Lei ocorre por meio de políticas de Governo Eletrônico, com a utilização de tecnologias de informação e comunicação (TIC's) para democratizar o acesso à informação pública. Neste sentido, apresenta-se um estudo de caso, desenvolvido a partir das ações do grupo de trabalho instituído na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o objetivo de elaborar e articular estratégias, planos e metas para a implementação da Lei. Para tanto, apresenta-se, um histórico e contextualização legal sobre o tema, a explanação acerca das iniciativas em benefício do cumprimento dos requisitos de transparência ativa e passiva, seguida das considerações finais com uma breve reflexão acerca da função dos arquivos e da Arquivologia no processo de desenvolvimento de uma cultura de acesso à informação.

Palavras chave: acesso, transparência, governo eletrônico, arquivos, Arquivologia.

### 1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira testemunha a promulgação de dispositivos legais, em âmbito nacional, que intencionam a consolidação de políticas informacionais voltadas ao estímulo de uma cultura de acesso à informação enquanto regra, onde o sigilo é uma exceção.

Assim, apresenta-se um estudo de caso com o relato das ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) nos primeiros meses em que a Lei de Acesso passou a vigorar.

Neste processo, entende-se o acesso enquanto finalidade básica dos arquivos, objeto da Arquivologia e de suas teorias, princípios e métodos.

---

<sup>1</sup> Docente da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS), professora do Curso de Arquivologia. Graduada em Arquivologia (UFSM/2001), especialista em Ciência da Computação (UFSM/2003), mestre em Patrimônio Cultural (UFSM/2010), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS). E-mail: [rita.portela@ufrgs.br](mailto:rita.portela@ufrgs.br)

<sup>2</sup> Diretora da Divisão de Documentação da UFRGS. Graduada em Arquivologia (UFSM), especialista em Gestão de Arquivos (UFSM/2011), mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural (PPGPPC/UFSM). E-mail: [flavia.conrado@ufrgs.br](mailto:flavia.conrado@ufrgs.br).

## 2. HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO LEGAL DA LAI

Embora não seja o primeiro dispositivo legal a conferir ao cidadão brasileiro o direito fundamental de acessar informações, a Lei de Acesso se tornou um marco na consolidação deste direito, bem como da democracia e da participação cidadão no controle das ações governamentais. A LAI vem regular o que a Constituição Federal traz em seu artigo 5º: a garantia, por parte do Estado, do direito de acesso às informações.

A Constituição Federal foi o primeiro instrumento legal no Brasil a explicitar e a garantir o direito fundamental do cidadão de acessar as informações que são de seu interesse. Até a LAI entrar em vigor, diversos dispositivos legais que buscavam a garantia do acesso às informações foram promulgados. Dentre eles, citamos a Lei nº. 8159/ 1991 (Lei de Arquivos), a Lei nº. 9507/ 1997 (Lei da Habeas Data), a Lei 9784/ 1999 (Lei do Processo administrativo) e Lei Complementar nº 101/ 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além dos dispositivos legais, diversos organismos da comunidade internacional expressam, através de tratados, convenções e declarações, que o acesso à informação é um direito universal. Aqui, citamos o artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, os artigos 10 e 13 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e o item 4 da Declaração Interamericana de Princípios de Expressão.

Ao falarmos sobre acesso às informações na América Latina, constatamos que treze países possuem leis e outros três possuem regras gerais que regulamentam o acesso (SILVA, 2012): São eles: Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai, Bolívia, Argentina e Costa Rica (os três últimos possuem normas gerais). Outros três países da América Latina não possuem nenhum dispositivo legal que regulamente e garanta o acesso à informação. São eles: Paraguai, Venezuela e Cuba.

Exceto a Colômbia, que promulgou sua lei de acesso em 1985, em todos os demais países, tal lei passou a vigorar nos anos 2000, sendo que o Brasil é o país que mais recentemente publicou sua LAI.

A seguir, apresenta-se uma tabela, sistematizada a partir das informações de Silva (2012), associando o país aos seus dispositivos legais que asseguram o acesso às informações, bem como as datas de publicação.

**TABELA 1: DISPOSITIVOS LEGAIS QUE ASSEGURAM O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.**

<b>País</b>	<b>Tipo de dispositivo legal</b>	<b>Ano da publicação</b>
Argentina	Normas locais <sup>3</sup>	
Bolívia	Ratificação de tratados, convenções e declarações de organismos da comunidade internacional <sup>4</sup>	
Brasil	Lei	2011
Chile	Lei	2008
Colômbia	Lei	1985
Costa Rica	Constituição Política <sup>5</sup>	1949
El Salvador	Lei	2010
Equador	Lei	2004
Guatemala	Lei	2008
Honduras	Lei	2006
México	Lei	2002
Nicarágua	Lei	2007
Panamá	Lei	2004
Peru	Lei	2002, emenda em 2003
República Dominicana	Lei	2004
Uruguai	Lei	2008

**FONTE:** SILVA (2012)

No Brasil, promulgada em 18 de novembro de 2011, a Lei nº. 12.527 entrou em vigor seis meses depois. Dos nove princípios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na formulação de leis de acesso às informações, quatro são observadas na LAI. São elas: máxima exposição, limitação das exceções,

<sup>3</sup> Fonte: BARAGLI, N. RAIGORODSKY, N. GÓMEZ, N. Acceso a la información en la República Argentina. In: **Proibidad**. Antiguo Cuscatlán, ed. 23, n. 3, jun. 2003. Disponível em <<http://www.anticorruption.gov.ar/documentos/acceso%20info%20rep%20argentina.pdf>>. Acesso em 09 de agosto de 2012.

<sup>4</sup> Fonte: CARTER CENTER. **Acceso a la información en Bolivia:** una perspectiva global y La función del Centro Carter, 2004. Disponível em: <[http://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/americas/bolivia\\_project\\_overview\\_spanish.pdf](http://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/americas/bolivia_project_overview_spanish.pdf)>. Acesso em 08 de agosto de 2012.

<sup>5</sup> Fonte: ROMERO-PÉREZ, J. E. El derecho de acceso a la información pública en Costa Rica. In: **Derecho comparado de la información**. Cidade do México, n. 13, jan. – jun. 2009. Disponível em <<http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/decoin/cont/13/art/art3.pdf>>. Acesso em 09 de agosto de 2012.

obrigatoriedade de publicações e promoção de um governo aberto. Assim, a LAI estabelece que o acesso é a regra, e o sigilo, exceção.

A LAI define a promoção da transparência em dois níveis: transparências ativa e passiva. A transparência ativa é quando a instituição disponibiliza informações de forma espontânea, ou seja, sem solicitação, em seus sítios oficiais informações de cunho institucional (de caráter financeiro, orçamentário, relacionadas à atuação etc.).

Já, a transparência passiva acontece mediante a provocação de um cidadão, quando da solicitação de informações não contempladas pela transparência ativa. É através do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) que a transparência passiva é sistematizada. Cabe ao SIC o atendimento e orientação do público aos assuntos pertinentes ao acesso à informação, assim como o recebimento das solicitações de acesso à informação e encaminhamentos necessários para sua efetivação. Assim, o SIC é a interface de interação entre o cidadão e a informação que ele necessita.

Quanto aos prazos de resposta aos pedidos de acesso à informação, sempre que possível, será feita de forma imediata pelo SIC. Caso contrário, há a previsão de vinte dias para que a informação seja prestada ao cidadão. Havendo impossibilidade de cumprimento do prazo, o SIC terá mais de dez dias, mediante justificativa, para providenciar o acesso. Em casos onde a solicitação da informação seja negada, está previsto, no Capítulo IV, Seção IV do Decreto n. 7.724/ 2012 a possibilidade de encaminhamento de recursos para obtenção do atendimento ao pedido de acesso.

A LAI estabelece o acesso como regra e o sigilo como exceção. A fim de proteger as informações que cunho sigiloso, a lei estabelece três graus: ultrassecreto, secreto e reservado. Cabem à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos e à Comissão Mista de Reavaliação de Informações a análise, classificação e publicação dos documentos passíveis de proteção conforme os graus de sigilo.

Cabe à Controladoria Geral da União (CGU) o controle e o fomento à aplicação da LAI no âmbito do Poder Executivo Federal. São de responsabilidade também da CGU a capacitação dos servidores públicos federais e a estruturação dos SIC's. Também é de sua responsabilidade o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) <sup>6</sup>, utilizado pelos cidadãos para solicitação de informações.

---

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>.

### 3. A LEI DE ACESSO NA UFRGS

A Portaria nº 2016, de 23 de abril de 2012, instituiu um grupo de Grupo de Trabalho composto por quatro integrantes, dois deles com formação em Arquivologia e atuantes na área, para elaborar e articular estratégias, planos e metas para a implementação da Lei 12.527.

Desde então, o Grupo reúne-se periodicamente com o propósito de propor e desenvolver os mecanismos necessários à implantação de uma cultura de acesso às informações na Universidade.

#### 3.1 A implementação dos requisitos de transparência ativa

A implementação dos requisitos de transparência ativa (Apêndice A), determinados pelo Decreto nº 7.724 - Art. 7º e 8º ocorre por meio da seção “Acesso à Informação” (<http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao>), disponível na página inicial do sitio institucional. Utiliza-se a marca determinada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (banner e barra de identidade<sup>7</sup>), atendendo a padronização visual estabelecida na intenção de facilitar o uso das ferramentas pelo cidadão.

O portal “Acesso à Informação” pode remeter seus usuários a informações produzidas e gerenciadas pelas UFRGS, assim como a sistemas de informação do Governo Federal, como, por exemplo, o Portal da Transparência e o Portal de Convênios.

De forma pontual, no que se refere ao cumprimento dos 18 requisitos estabelecidos pelo Decreto (Tabela 2), constata-se que 11 deles (61%) estão devidamente implementados, passíveis de serem verificados no Apêndice A. Estes requisitos, assim como o requisito “C8 respostas a perguntas mais frequentes da sociedade”, em fase de implantação, dizem respeito à divulgação de informações institucionais.

---

<sup>7</sup> O banner pode ser visualizado acima do rodapé, e remete a seção “Acesso à Informação” na UFRGS; a barra de identidade pode ser visualizada no cabeçalho, e remete ao portal da Coordenadoria Geral da União (<http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/>), referencia compartilhada por todos os órgãos públicos.

**TABELA 2: CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA NA UFRGS.**

<b>Transparência Ativa: requisitos (Apêndice A)</b>	<b>Situação</b>	<b>%</b>
A, B, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C9, D, J	Implantado.	61,1
C8	Em fase de implantação.	5,6
E, F, G, H, I, K	Recomendação e posterior estudo, desenvolvimento e implementação.	33,3
<b>TOTAL</b>		<b>100</b>

**FONTE:** dados de pesquisa.

Os demais correspondem a 33,3% dos requisitos estabelecidos pelo Decreto, e sua implementação requer apoio técnico para construção de ferramentas que viabilizem o seu cumprimento, exceto o requisito “H. Detalhes dos formatos utilizados para estruturação da informação”, que também diz respeito à divulgação de informação.

Os requisitos E, F, G, H, I, K, integram o conjunto de recomendações do Grupo de Trabalho da UFRGS, encaminhadas ao órgão competente para estudo, desenvolvimento e implementação.

### 3.2 As ações em benefício da transparência passiva

As ações da UFRGS para promoção da transparência passiva ocorrem por meio: do atendimento das solicitações efetuadas pelos cidadãos e, do desenvolvimento de instrumentos para identificação dos casos de sigilo.

O atendimento ao cidadão é realizado pelo SIC, que fica junto ao setor da Ouvidoria da Universidade. É responsável por receber as solicitações, encaminhar para os responsáveis por sua produção e disponibilização e, encaminhamento de respostas ao solicitante do pedido; atuando como mediador entre o cidadão e a UFRGS e agente de monitoramento deste processo.

Desde que a LAI entrou em vigor, a UFRGS recebeu 33 solicitações de acesso (Tabela 3). Considerando-se junho e julho (mês completo), pode-se afirmar que a Universidade recebe uma média de 14 solicitações por mês.

**TABELA 3: PEDIDOS DE INFORMAÇÃO**

<b>Abertura do Pedido</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Mai/2012	3	9,1
Junho/2012	15	45,5
Julho/2012	13	39,4
Agosto/2012	2	6,1

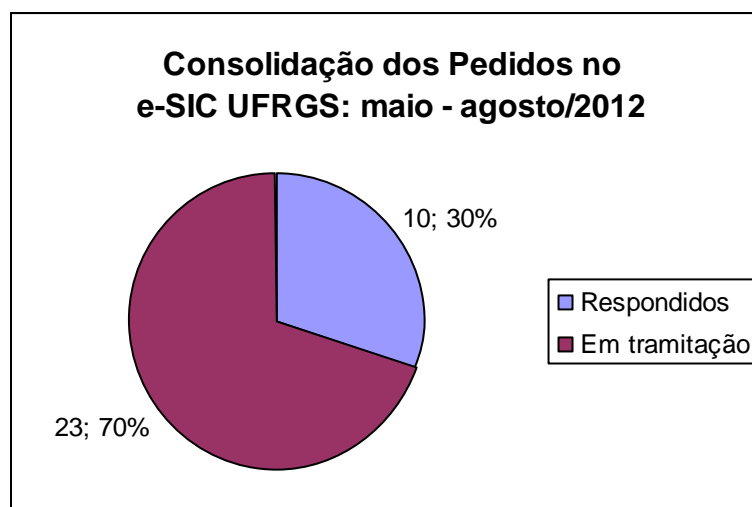
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>100,0</b>
--------------	-----------	--------------

**FONTE:** e-Sic UFRGS.

Até o momento, o SIC teve apenas um caso de indeferimento de pedido, ocorrido em função de erro no encaminhamento por parte do solicitante. Ainda não há incidência de pedidos efetuados junto ao SIC, com formulário em papel. As solicitações referem-se a pedidos de: documentos (provas de concursos, processos administrativos, projetos, contratos, entre outros) e informações (ingresso extravestibular, cotas, quantidade e lotação de servidores, salários, orçamentos e investimentos).

Em termos de efetivação (Figura 1), 30% dos pedidos foram respondidos, demonstrando que o trabalho de mediação e monitoramento é essencial para o cumprimento dos prazos estipulados pela LAI.

**FIGURA 1: EFETIVAÇÃO DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO**



**FONTE:** e-Sic UFRGS.

No que se refere ao desenvolvimento de instrumentos para identificação dos casos de sigilo, o Grupo de Trabalho vem atuando na identificação de informações sigilosas na Universidade, prevento o cumprimento do Art. 45º do Decreto nº 7.724 que determina, até o dia 1º de junho em sítio na Internet:

- I - rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses; II - rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, que deverá conter: a) código de indexação de documento; b) categoria na qual se enquadra a informação; c) indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação; e d) data da produção, data da classificação e prazo da classificação; III- relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso



à informação recebidos, atendidos e indeferidos; e IV - informações estatísticas agregadas dos requerentes. Parágrafo único. Os órgãos e entidades deverão manter em meio físico as informações previstas no caput, para consulta pública em suas sedes. (Decreto nº 7.724, Art. 45º)

A metodologia utilizada para identificação de documentos e informações sigilosas consiste em:

- **contato inicial com as unidades:** envio de memorando mencionando as ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho na implantação da LAI na UFRGS, e solicitando a manifestação do produtor acerca de informações e documentos sigilosos;
- **estudo do contexto das informações e documentos:** pesquisa acerca do contexto jurídico administrativo<sup>8</sup>, de proveniência<sup>9</sup> e de procedimentos<sup>10</sup>,
- **sistematização:** elaboração de um esquema composto por:
  - código de indexação: código do documento e/ou informação, de acordo com o plano de classificação de documentos da UFRGS;
  - informação e/ou documento: denominação da classificação do documento e/ou informação, de acordo com o plano de classificação de documentos da UFRGS;
  - categoria: informação e/ou documento de caráter sigiloso (restrição de sigilo por 05 anos se reservado, 15 anos se considera secreta) ou pessoal (restrição de sigilo por 100 anos);
  - justificativa para atribuição de sigilo: elementos do contexto jurídico administrativo e do contexto de procedimentos que possam fundamentar a atribuição de sigilo;
  - disponibilidade: designação dos servidores que podem acessar as informações de caráter sigiloso.
- **reunião de complementação e/ou validação:** apresentação do esquema para a unidade produtora de documentos, registro das correções necessárias e/ou aceite das proposições;

---

<sup>8</sup> **Contexto jurídico-administrativo:** leis e normas externas à instituição produtora de documentos que controlam a condução das atividades desta mesma instituição (e-ARQ Brasil, 2011, p. 126).

<sup>9</sup> **Contexto de proveniência:** organogramas, regimentos e regulamentos internos que identificam a instituição produtora de documentos (e-ARQ Brasil, 2011, p. 126).

<sup>10</sup> **Contexto de procedimentos:** normas internas que regulam a produção, tramitação, uso e arquivamento dos documentos da instituição (e-ARQ Brasil, 2011, p. 126).

- **finalização:** apresentação à unidade produtora de documentos, após a realização dos ajustes acordados na fase anterior, para a sua anuência.

A análise das solicitações efetuadas ao SIC tem auxiliado o Grupo de Trabalho nesta atividade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação da LAI na UFRGS possibilita reflexões acerca da importância de um sistema de arquivos e gestão documental, no desenvolvimento de uma cultura de acesso à informação.

Observa-se na implementação dos requisitos de transparência ativa e passiva demandas que podem ser supridas por procedimentos arquivísticos relacionados à produção, uso e destinação das informações arquivísticas. Neste cenário, a gestão arquivística de informações, alinhada às comissões e grupos de trabalho da LAI nas instituições reforçam o caráter interdisciplinar da área.

Os instrumentos de gestão documental podem colaborar na mediação da informação, na identificação de melhorias para a transparência ativa e no desenvolvimento de instrumentos para identificação de informações sigilosas.

Surgem, neste cenário, novas possibilidades de atuação para os arquivistas que atuam em instituições públicas. Espera-se que isto estimule o desenvolvimento de pesquisas que venham a contribuir com o desenvolvimento do corpo teórico da área.

#### REFERÊNCIAS

BARAGLI, N. RAIGORODSKY, N. GÓMEZ, N. Acceso a la información en la República Argentina. In: **Proibidad**. Antiguo Cuscatlán, ed. 23, n. 3, jun. 2003. Disponível em <<http://www.anticorruptcion.gov.ar/documentos/aceso%20info%20rep%20argentina.pdf>>. Acesso em 09 de agosto de 2012.

BRASIL. Decreto nº. 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. **Presidência da República**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm)>. Acesso em 09 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº. 8.112 de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Presidência da República.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em 09 de agosto de 2012.

CARTER CENTER. **Acesso a la información en Bolivia:** una perspectiva global y La función del Centro Carter, 2004. Disponível em: <[http://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/americas/bolivia\\_project\\_overview\\_spanish.pdf](http://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/americas/bolivia_project_overview_spanish.pdf)>. Acesso em 08 de agosto de 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **e-ARQ Brasil:** Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2011. Disponível em <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/media/earqbrasil2011.pdf>>. Acesso em 09 de agosto de 2012.

ROMERO-PÉREZ, J. E. El derecho de acceso a la información pública en Costa Rica. In: **Derecho comparado de la información.** Cidade do México, n. 13, jan. – jun. 2009. Disponível em <<http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/decoin/cont/13/art/art3.pdf>>. Acesso em 09 de agosto de 2012.

SILVA, Silvana Moreira. Leis de acesso à informação e ganhos democráticos: panorama latinoamericano e caso brasileiro. In: Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 1., 2012, Brasília. **Anais...** Disponível em: <<http://www.simposiodemodern.unb.br>>. Acesso em 02 de julho de 2012.

## APÊNDICE A:

### Check-List: Transparência Ativa - Decreto nº 7.724/2012 – Art. 7º e 8º

Requisito	Implantação
A. Seção no sítio institucional.	Completa, disponível em <a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/institucional">http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/institucional</a> .
B. Uso da marca estabelecido pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (banner e barra de identidade).	Completa, disponível em <a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial">http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial</a> .
C. Divulgação de informações sobre	
C2. estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público.	Subseção “Institucional”, disponível em <a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/institucional">http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/institucional</a> .
C3. programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto.	Subseção “Ações e Programas”, disponível em <a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/acoes-e-programas">http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/acoes-e-programas</a> .
C4. repasses ou transferências de recursos financeiros.	Na seção “Convênios”, disponível em <a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/convenios">http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/convenios</a> .
C5. execução orçamentária e financeira detalhada	Subseção “Despesas”, disponível em <a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/despesas">http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/despesas</a> .
C6. licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas.	Subseção “Licitações e Contratos”, disponível em <a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos">http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos</a> .
C7. remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme ato do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.	Na subseção “Servidores”, informações sobre concursos públicos de provimentos de cargos e relação dos servidores públicos em exercício na UFRGS. Informações sobre remuneração devem ser consultadas no Portal da Transparência ( <a href="http://www.portaldatransparencia.gov.br/servidores/OrgaoLotacao-ListaServidores.asp?CodOS=15000&amp;DescOS=MINISTERIO%20DA%20EDUCACAO&amp;CodOrg=26244&amp;DescOrg=UNIVERSIDADE%20FED.%20DO%20RIO%20GRANDE%20DO%20SUL">http://www.portaldatransparencia.gov.br/servidores/OrgaoLotacao-ListaServidores.asp?CodOS=15000&amp;DescOS=MINISTERIO%20DA%20EDUCACAO&amp;CodOrg=26244&amp;DescOrg=UNIVERSIDADE%20FED.%20DO%20RIO%20GRANDE%20DO%20SUL</a> ).
C8. respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.	Em fase de implementação.
C9. contato da autoridade de monitoramento, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.	Na subseção “Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)”, disponível em <a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic">http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic</a> .
D. Formulário para pedido de acesso à informação.	Na subseção “Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)”, disponível em <a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic">http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic</a> .
E. Ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.	Recomendação e posterior estudo, desenvolvimento e implementação.

F. Gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações.	Recomendação e posterior estudo, desenvolvimento e implementação.
G. Acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina.	Recomendação e posterior estudo, desenvolvimento e implementação.
H. Detalhes dos formatos utilizados para estruturação da informação.	Recomendação.
I. Garantia de autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso.	Recomendação e posterior estudo, desenvolvimento e implementação.
J. Instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade.	Na subseção “Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)”, disponível em <a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic">http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic</a> .
K. Garantia da acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.	Recomendação e posterior estudo, desenvolvimento e implementação.